

NOVA ÁGUIA

Revista de Cultura para o Século XXI

Nº 38 — 2º SEMESTRE 2026

ENSAIO & POESIA | TEMAS & AUTORES

“A verdadeira força de Portugal reside na energia e tradição do seu povo, que deve superar o pessimismo e a má política através de uma renovada fé no legado histórico da nação.”

ANTÓNIO SARDINHA

nos 100 anos da sua morte
O INTEGRALISMO LUSO-BRASILEIRO

nos 90 anos de
António Braz Teixeira

OUTROS VULTOS
OUTROS VOOS

Zéfiro




Esta obra não pode ser reproduzida ou transmitida por
qualquer processo à excepção de excertos para divulgação.
Reservados todos os direitos, de acordo com a legislação em vigor.

TÍTULO

Nova Águia – N.º 38 – 2.º Semestre 2026

AUTORES

Vários Autores

DIRECTOR

Renato Epifânio

VICE-DIRECTORES

António José Borges, José Almeida, Luís Lóia, Luís de Barreiros Tavares, Maria João Carvalho,
Maria Luísa Francisco, Nuno Sotto Mayor Ferrão e Samuel Dimas

ILUSTRAÇÕES (INTERIOR)

Délio Vargas

CAPA

Fotografia de António Sardinha

PAGINAÇÃO

Miguel Oliveira

EDITOR

Alexandre Gabriel

1ª EDIÇÃO: Setembro de 2026

ISSN: 1647-2802

DEPÓSITO LEGAL: 276 328/08

IMPRESSÃO: DPS

© 2026, Nova Águia & Zéfiro



Zéfiro – Edições e Actividades Culturais, Unipessoal Lda.

Apartado 21 – 2711-953 Sintra – Portugal

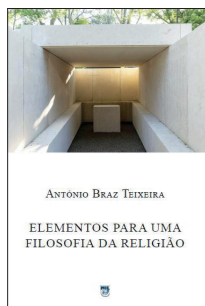
EMAIL: zefiro@zefiro.pt



WWW.ZEFIRO.PT

ELEMENTOS PARA UMA FILOSOFIA DA RELIGIÃO¹

José Luís Brandão da Luz



A extensa obra do Professor António Braz Teixeira acaba de ser enriquecida com o livro *Elementos para uma Filosofia da Religião*. A nova publicação examina o fenómeno religioso na sua dimensão ontológica, distanciando-se das

abordagens realizadas por outras áreas do saber. Entre elas destacam-se a teologia filosófica, a psicologia, a etnologia, a sociologia, a história e até a fenomenologia. Já há doze anos, Braz Teixeira havia introduzido o debate sobre a religião com o livro *A Teoria do Mito na Filosofia Luso-Brasileira Contemporânea*. Nessa obra, procurou analisar, em vários autores portugueses e brasileiros, o carácter simbólico do conceito de mito, elemento fundamental do fenómeno religioso, fazendo sobressair a sua espessura ontológica e remetendo para a especulação filosófica a incumbência de a dilucidar.

Agora, o ensaio recém-publicado responde a esse projeto de uma “reflexão autónoma sobre a religião”, no seguimento da linha traçada por pensadores como David Hume, Kant, Schleiermacher e Hegel, assim como de vários autores da filosofia portuguesa. Cunha Seixas merece relevo especial por ter sido, no último quartel do século XIX, o primeiro a abordar, entre nós, o tema de forma sistemática. Não só delimitou o objeto de estudo da filosofia da religião, como também elencou os seus principais problemas e analisou a sua relação com a linguagem, a revelação, o culto, os símbolos religiosos e os mitos.

Em *Elementos para uma Filosofia da Religião*, que inclui um anexo de ensaios conhecidos sobre autores que versaram o tema, Braz Teixeira dispensa particular cuidado a delimitar o objeto

do seu estudo, distinguindo-o, em particular, das abordagens desenvolvidas pela filosofia e pela fenomenologia, dois domínios que mantêm entre si uma ligação de proximidade. Toma por referência as “obras fundadoras” da fenomenologia da religião de Rudolf Otto, Max Scheler e Ernst Cassirer que são, segundo as suas palavras, uma “descrição da *experiência religiosa* naquilo que, fundamentalmente, a constitui ou é a sua *essência*”. A reflexão filosófica compreende-se na continuidade dessa abordagem, mas procura ultrapassar o modo descritivo como a fenomenologia encara a religião, visando, pela via especulativa, “apurar a sua essência, determinar o que ela é em si”.

A filosofia da religião não se prende a nenhuma religião histórica em particular, do mesmo modo que a filosofia da ciência se não deixa delimitar por nenhuma área disciplinar específica. Em vez disso, procura aquilatar as propriedades metafísicas do fenómeno religioso não pelas suas diversas manifestações, como tendem a fazer os fenomenólogos, mas pelo que ele representa em si mesmo. Parte da relação que o homem estabelece com o sagrado, porém diferencia-se de certas filosofias religiosas que se deixam envolver por conceitos, vivências místicas particulares, arquétipos míticos ou até preceitos morais. A filosofia da religião coloca no centro da sua análise crítica “a noção mais englobante do *sagrado*”, a qual se não pode dissociar da maneira como o homem procura sondar e compreender o *enigma* ou o *mistério* que o interpela. Dispõe-se, por isso, a olhar a religião na verdade que alimenta essa relação do homem com o sagrado. Porém, ao fazê-lo, integra na sua análise ontológica uma conceção antropológica específica: a do *homo religiosus* como chave de leitura para a compreensão desse fenómeno. Recusa, portanto, considerar a temática da religião a partir de uma “atitude que ignore o que ela tem de próprio e específico”, assim como qualquer forma de indiferença ou de desvalorização do mundo da religião, bem como atitudes contrárias de adesão ou proselitismo. Simultaneamente, demarca-se das orientações que reduzem a religião a um mero fenómeno cultural, a um

¹ De António Braz Teixeira (MIL – DG Edições, 2026).



produto da imaginação ou a um conjunto de crenças e emoções suscetíveis de assegurarem a coesão social e o sentido da existência.

A filosofia da religião não poderá adotar, pois, um discurso meramente descritivo ou até mesmo apologético, mas releva de uma dinâmica “essencialmente interrogativa, problemática e não solucionante”. Por ser um discurso da razão, a filosofia da religião padece da incapacidade de conceder sustentação inquestionável às suas próprias construções, que assentam os alicerces em terrenos que não pertencem aos seus domínios. Só por múltiplas formas de experiência, de natureza sensorial, científica, ética, estética e religiosa, a razão tem acesso às fontes de que se alimenta, pelo que o seu labor, de modo particular o que tem por referente o sagrado, por operar com realidades que lhe são exteriores, reveste, inevitavelmente, uma configuração aporética. Esta constitui a marca da sua condição teorética que, acrescenta Braz Teixeira, lembrando José Marinho, conduz sempre a uma “intuição intelectual, contemplação de ideias, visão espiritual do invisível ou visão com os ‘olhos do espírito’ ou *teoria do ser e da verdade*”.

Para compreender a religião na forma como o homem se envolve com o divino, Braz Teixeira alinha vários autores que a apresentam como um dinamismo que brota ou do homem todo, “da sua mais funda e essencial humanidade”, ou então de “alguma das suas faculdades (sensibilidade, razão, vontade)”. Simultaneamente, destaca dois elementos essenciais que cimentam essa ligação, a saber: a *fé* ou a crença na existência do sagrado e um conjunto de verdades que se apresenta como a *revelação* desse mundo sobrenatural invisível. Em relação à fé, sublinha a visão de Garcia Morente que a compreende como um *ato intencional* dirigido pelo assentimento a um objeto não evidente e absolutamente ausente. Acrescenta, ainda, as importantes análises deixadas por Karl Jaspers, que apresentam a fé como pertencente ao domínio da “certeza que me guia” e não como um saber concreto. Distingue entre uma perspectiva *subjetiva*, que alimenta uma credulidade em algo de superior e de conteúdo indefinido, e uma perspectiva *objetiva*, capaz de traduzir o seu conteúdo

num conjunto de dogmas. No primeiro caso, a fé comporta uma certa vitalidade evolutiva, enquanto no segundo se mostra cristalizada e estática, mas em ambos os casos manifesta possuir um carácter ontológico por ser “sempre e necessariamente fé em algo”. Em articulação com esta última distinção está também a destrinça de Jaspers entre *fé filosófica* e *fé religiosa*, sendo esta compreendida como uma “força em que o crente está certo de si a partir de uma origem que não pode conservar nem estabelecer”. Funda-se nas diversas formas históricas da revelação que se afiguram aos crentes como merecedoras de credibilidade.

Paul Ricoeur é também um autor nuclear neste itinerário traçado e percorrido por Braz Teixeira. O influente filósofo francês pensou o tema da *revelação* de um ponto de vista hermenêutico, confrontando-o, em particular, não só com o discurso *profético*, mas também com o *religioso*. Para Ricoeur, a profecia ligava-se primordialmente aos processos de adivinhação dos segredos divinos, que os oráculos exercitavam. Por meio de uma narrativa, suscetível de assumir diversas modalidades, a palavra inspirada dos profetas, mais do que anunciar o futuro, dava testemunho dos desígnios mais inacessíveis da divindade, fazendo-nos também conhecer os seus preceitos. É desta forma que o *mito* é visto como “revelação primordial” do sagrado ou do divino, uma categoria que “excede a possibilidade de qualquer conhecimento ou aproximação que não seja vivencial ou simbólica”, mas que, como lembrou Vico, é uma forma primitiva de história que se reporta “aos costumes e aos sistemas políticos do período *fabuloso* ou *heroico* da História humana”. Longe de ser tomado como uma fantasiosa alegoria, fruto da invenção dos poetas, o filósofo napolitano toma o mito, sublinha Braz Teixeira, como “a expressão típica e característica do primeiro *mundo mágico*, diferente do nosso mundo e regido por categorias próprias, distintas das nossas”, expressão do imaginário coletivo da humanidade primitiva. Nele se encontra depositada a forma como acontecimentos reais foram registados *in illo tempore* e conservados por aqueles que os rememoram.

O idealismo alemão trouxe também contributos relevantes para a compreensão filosófica do mito, assim como Cassirer, que explorou a íntima ligação entre mito, símbolo e rito. A ligação do conceito de religião aos símbolos, aos ritos e também aos cultos foi continuada por estudos posteriores, nomeadamente os que foram desenvolvidos por Mircea Eliade e Paul Ricoeur. Braz Teixeira passa em revista estes e outros autores, porém detém-se com algum pormenor na psicanálise de Freud, que reduziu a religião a uma simples ilusão, e de Yung, que tomou os mitos como imagens ou arquétipos do inconsciente, que guiavam a humanidade e imprimiam unidade aos seus complexos. Os mitos eram, por assim dizer, manifestações simbólicas e conscientes das forças caóticas de complexos que davam a conhecer a biografia e a experiência pessoal. Braz Teixeira utiliza a crítica que Walter Otto dirigiu à explicação psicológica do mito, para mostrar como o psicólogo e pensador suíço desvalorizava componentes que eram essenciais ao mito, como o culto, de que era inseparável, e a palavra que o enunciava. Considera, por isso, a concepção de Yung como marginal à compreensão ontológica que a filosofia da religião elabora do mito, uma realidade que, conforme Schelling advertiu, não possui um mero carácter *alegórico*, fruto da imaginação poética, mas *tautegórico*, por se apresentar de forma direta, sem substitutos simbólicos que a não representariam diretamente. O universo religioso, de que o mito faz parte, não surge de nenhum “sonho da alma”, nem responde, à maneira de Bultmann, ao “modo como o homem se compreende no mundo”. Considerar o mito como afim das imagens oníricas ou como “criação intencional do pensamento e das vontades humanos, que, por meio dele, procura exprimir uma determinada concepção entre profética e mágica do mundo”, é passar ao lado do que o mito realmente mostra ser: uma realidade única que se manifesta de forma direta, sem intermediários que se lhes refira analogicamente.

O carácter substantivo que muitas análises têm procurado descobrir na estrutura dos mitos e no universo religioso, em geral, define claramente a linha do Professor Braz Teixeira neste seu

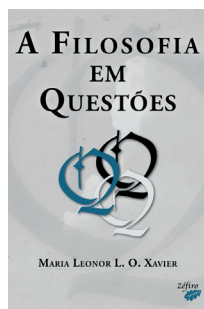
penetrante ensaio sobre o tema da religião. A compreensão ontológica do mito confere consistência e autenticidade ao estudo do fenómeno religioso, que as concepções que o reduzem a uma ficção onírica ou poética esquecem completamente. Ao mesmo tempo, somos tentados a admitir o alcance clarificador que este debate poderá produzir no domínio da historiografia, em relação ao lugar que alguns historiadores reservam aos mitos e às lendas que entram na formação da cultura de um povo. Serve de exemplo as *Lendas e Narrativas* de Alexandre Herculano, nomeadamente a referência que, no capítulo “O Bispo negro”, o autor faz ao exílio de D. Teresa, quer à sua descrição nos termos preservados pela história, quer ao quadro legendário que a tradição se encarregou de pintar, com as tintas escuras da desdita e da opressão. A diferença que distingue a história de um povo das suas lendas é a que separa a verdade dos factos, que se apoia no registo dos acontecimentos, e a verosimilhança, que se enraíza na tradição que o povo tece, entrelaçando vários fios que fixam situações e vivências que o impressionaram: “A história conta o facto; a tradição os costumes. A história é verdadeira, a tradição verosímil; e o verosímil é o que importa ao que busca as lendas da pátria”. Assim justificou Herculano o lugar de cidadania que a sua obra conferiu às lendas, formas primitivas de costumes e de sistemas sociopolíticos pertencentes a um período fabuloso da história, conforme considerou Vico, mas portentosas narrativas que dão sustentação à identidade do povo português, isto é, ao seu modo real de ser e sentir os acontecimentos de um tempo fundador imemoriável.

Elementos para uma Filosofia da Religião configura, na sua totalidade, um notável exercício especulativo empreendido pelo Professor António Braz Teixeira, na linha do que alguns contemporâneos, parcialmente, têm vindo a realizar em Portugal. Com o apoio de diversos autores que debateram a religião, sobretudo a partir do século XIX, o livro apresenta e discute as suas perspectivas, ao longo das páginas, aproximando posições, apontando lacunas e desvios, mas procurando sempre apurar o olhar. Cruzando e afastando diferentes linhas de força, esta obra

estimulante tem o mérito de nos colocar perante os principais teóricos que se ocuparam do tema da religião, guiando-nos pelos meandros das suas teorias. Ao mesmo tempo, permite-nos acompanhar o processo de depuração de uma filosofia da religião centrada na realidade do sagrado ou do divino, que não é visto como uma ficção imaginativa, mas como uma força concreta e atuante na história, da qual a humanidade jamais deixou de se aproximar.

A FILOSOFIA EM QUESTÕES¹

José Carlos Pereira



É um livro que constitui uma abrangente e fundamentada introdução às grandes questões da filosofia. A dimensão interrogante, inerente ao pensamento filosófico, preside à sua organização e sistematização, e as respostas são dadas em três

grandes capítulos, para além da introdução, uma bibliografia diversificada e criteriosa correspondente a cada capítulo, e um índice onomástico que permite uma rápida localização e relação de autores. Importa sublinhar desde logo que na concatenação e problematização das questões apresentadas, a presença de pensadores portugueses não é descurada e o contributo de autores como Barata-Moura, Carmo Ferreira, Fernando Belo, Mafalda Faria Blanc ou Cerqueira Gonçalves, entre outros, auxiliam a compreensão dos problemas da filosofia pensada em língua portuguesa em franco e aberto ao diálogo com a filosofia pensada em outras línguas. É neste contexto que Leonor Xavier rejeita o carácter puramente natural ou formal da filosofia, pois que este estará sempre condicionado pela língua e pela cultura em que se expressa, aqui se demarcando a autora das dimensões radicalmente analíticas e pretensamente objectivas da filosofia (p. 99).

Perante a especialização e a fragmentação progressiva dos saberes, no âmbito das quais a estética e a filosofia da arte ganharam autonomia particularmente no seio do romantismo alemão, esta obra constitui-se um sábio elogio da filosofia e um convite ao exercício de uma “razão compreendente” (p. 94) através de uma linguagem clara, rigorosa e acessível aos iniciados mas também aos iniciantes na problemática filosófica. Procurando delimitar a especificidade própria do pensar filosófico, isto é, o seu “problema”, por oposição às ciências particulares, cujo objecto se centra maioritariamente na consideração analítica dos dados do fenómeno, considera a autora que, ainda assim, o real excede o pensamento.

Assente na relacionalidade posta pelo sujeito e pelo objecto, procura a filosofia superar, ao mesmo tempo, esta dualidade a partir da sua íntima e profunda compreensão, recuperando em cada resposta o espanto originário e originante do questionamento filosófico. Enquanto obra da razão humana intimamente ligada com o seu autor, a razão filosófica vem a ser na concepção da autora o exercício de uma conjectura racional que busca incessantemente a verdade (p. 99), a partir da condição necessária e suficiente enformada pelas categorias dialógicas do eu, do tu e do mundo. A dimensão questionante *da* filosofia, e *sobre* a filosofia, fica estatuída na própria estruturação e titulação dos referidos capítulos, a saber, “A filosofia através *das* suas grandes questões”, “Três questões *de* questões da filosofia” e “Três questões de questões *sobre* a filosofia”, neles avultando a tentativa conciliadora da novidade do filosofar com a dimensão histórica do filosofado.

Deste modo e sem prejuízo dos diversos filósofos convocados a propósito dos vários aspectos das várias questões, Kant e Bertrand Russell, inseridos respectivamente na tradição continental e anglo-saxónica da filosofia, são os dois autores que, por tentarem responder às questões essenciais da filosofia, servem de guia à explanação e problematização do pensar filosófico, o que, à partida, assegura a pluralidade exigida pelo carácter propedêutico que nimba a obra.

Do primeiro, recolhe e analisa criticamente Leonor Xavier as três questões a que o filósofo de Königsberg procurou responder: que posso

¹ De Maria Leonor Xavier (Zéfir, 2026, Colecção NOVA ÁGUA).